

boletim ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN

>>> MORAL E SEXUAL

Ufam registra quase 150 denúncias de assédio nos últimos cinco anos

Daisy Melo

"Ele pegava na minha perna, dizia que gostava de vestido curto, sentava atrás de mim, puxava meu cabelo e eu tinha que mudar de lugar, ele fazia massagem no meu ombro sem eu pedir, fazia convites pra eu ir pra casa dele, me ofereceu dinheiro, perguntou quanto eu queria pra dormir com ele".

Esse é um trecho do relato dos assédios sofridos por mais de um ano pela estudante Maria (nome fictício), de 21 anos, dentro da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A universitária conta que o homem, que estudava com ela na mesma turma, também tinha um comportamento racista e agressivo. "Ele não tinha limites, chamava os meninos de outros cursos de 'criolo', de 'mucama' (...) ele não gostava de ser contrariado nem pelos professores, quando tirava nota vermelha, ele procurava o professor e batia na mesa", disse.

Segundo a jovem, o acusado chegou a tentar agredir uma aluna na sala de aula, em outubro de 2018. "Ele fez uma 'brincadeira' com uma moça da minha sala, que não gostou e reclamou, ele ficou enfurecido e saiu da sala, quando o professor saiu, ele voltou e empurrou ela no peito, chamou ela de v***** e estava a ponto de bater nela, ele levantava a mão, eu falei: 'não faz isso', ele se abaixou e falou no meu ouvido: 'cala a tua boca, sua v*****', que eu sei onde tu mora e onde tu trabalha', ele levantou a mão para me dar um tapa, quando uma colega empurrou ele", contou.

A situação levou Maria, as duas estudantes envolvidas e outra colega a relatarem o caso para a coordenação do curso, a coordenação acadêmica e a direção do Instituto de Ciências Sociais, Educação e

Zootecnia (ICSEZ) da Ufam, em Parintins, onde ocorreu o caso. "Eles falaram que iam fazer uma notificação para que ele comparecesse em até 48 horas na universidade para dar uma explicação. Também falaram para a gente fazer um ofício solicitando providências da universidade, nós fizemos e assinamos".

Mesmo após a denúncia, um professor colocou Maria e o acusado no mesmo grupo de trabalho, por que, segundo a estudante, os demais professores não haviam sido informados sobre a denúncia. "Nesse dia, ele (o acusado) falou que não ia fazer trabalho comigo e jogou a notificação que recebeu da universidade na minha cara, eu saí da sala chorando e esse foi o último dia que eu fui pra universidade".

"Implorei por ajuda"

Maria tinha 19 anos quando começaram os assédios por parte do acusado que tem 32 anos. A jovem de Manaus morava sozinha em Parintins para onde havia se mudado para estudar. "Eu chegava cansada porque eu ia do meu trabalho para a faculdade e ele vinha, eu pedia pra ele parar, pra me respeitar, nós estudávamos no período noturno, eu já ia nas últimas para a faculdade e ainda tinha que passar por isso", contou.

Após a denúncia, Maria afirma que passou a ser humilhada com frequência pelo homem na universidade e, por isso, procurou o coordenador do curso para quem disse ter "implorado por ajuda". "Eu não estava mais aguentando, estava vivendo um inferno na minha vida, eu acho que fui a mais prejudicada porque todos tinham família e eu morava sozinha, eu não tinha mais condições mentais de ir trabalhar, tinha medo

de ficar na minha casa, de sair sozinha, de ir pra universidade, eu tinha vergonha, eu me culpava, eu não estava aguentando mais e pedi do coordenador uma psicóloga e ele me indicou uma”, disse.

O ICSEZ não disponibiliza atendimento psicológico à comunidade acadêmica “Estamos sem psicólogo e segundo a reitoria não há previsão alguma para a contratação desse profissional via concurso, o que é lamentável. Da parte da Coordenação do Curso de Jornalismo do ICSEZ fizemos tudo que estava ao nosso alcance desde que tomamos conhecimento da denúncia de assédio. Acionamos a Direção do Instituto para abrir processo administrativo visando investigar o caso, orientamos e acompanhamos as alunas para formalizar a denúncia junto à Delegacia e procurei uma psicóloga de outra instituição para dar suporte às discentes. Além disso, fizemos, junto com a direção da ADUA, o lançamento da campanha contra o assédio no instituto”, afirmou o coordenador do curso de Comunicação Social, Lucas Millhomens.

Lançado no dia 3 de agosto de 2018, o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral (PPRECAM) da Ufam ainda está em fase de implantação. A universidade afirma que está concluindo o Núcleo de Acolhimento Psicossocial e que já foram ministrados dois módulos do curso preparatório sobre Assédio Moral no Trabalho para as equipes que irão atuar. Para os casos de assédio moral, o serviço prestado, segundo a universidade, é de acolhimento em dois núcleos: psicossocial, que já está operando, e o administrativo-jurídico, que tem previsão de iniciar as atividades somente em maio deste ano.

Consequências psicológicas

Insegurança, desamparo, culpa. Esses são alguns dos sentimentos desencadeados em quem sofre assédio, segundo a diretora da Faculdade de Psicologia (Fapsi) da Ufam, professora Iolete Ribeiro da Silva. “Afeta o equilíbrio emocional da pessoa que não consegue dar andamento a sua vida, aos seus projetos porque está muita ligada ao acontecimento e, muitas vezes, com crenças equivocadas ao que causou a situação, tanto no caso do assé-

dio sexual quanto moral os assediadores atuam de maneira a fazer a vítima se sentir responsável pelo problema”.

Segundo a doutora em Psicologia, geralmente a vítima está inserida numa estrutura de poder, em que se sente fragilizada para fazer enfrentamento. “Muitas vezes, as instituições não dão apoio para que a pessoa consiga sair da situação, porque funcionam na base do machismo, da superioridade masculina, do heterossexismo, valores que apoiam a opressão, apoiam essa condição de subjugação que é o lugar onde colocam a pessoa que sofre o assédio, por isso é importante que as instituições tenham políticas sérias voltadas para isso”, afirma.

Política de equidade de gênero

A docente lembrou que a Política Permanente de Equidade de Gênero da Ufam, da qual é relatora, foi aprovada em dezembro de 2018, mas até hoje não foi publicada. “Tenho pedido a cópia inúmeras vezes e ainda não recebi, isso demonstra certa morosidade da instituição e dos serviços que precisam ser implantados na universidade para lidar com essa realidade”, disse Iolete.

A Política tem o objetivo geral de construir uma universidade livre de toda forma de violência e discriminação exercidas em função de identidade e expressão de gênero e de orientação sexual, ou seja, uma universidade livre do machismo, do sexismo, da misoginia, da homofobia, da lesbofobia, da bifobia, da transfobia, entre outras formas de discriminação.

Sem respostas

Além da denúncia na universidade, as quatro estudantes do Instituto de Parintins também registraram um Boletim de Ocorrência e, posteriormente, duas delas assinaram um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Mas, segundo Maria, até agora não houve resolução tanto pela via jurídica quanto administrativa. “A única coisa que aconteceu foi que ele [acusado] foi notificado e ouvido”, disse. Consultado pela reportagem, o diretor do ICSEZ, José Luiz Fonseca, afirma que o processo administrativo foi aberto. “Nós estamos aguardando retorno do processo, foi aberto, eu só posso falar sobre ele depois dos responsáveis pela

investigação (...) É uma coisa desagradável entre alunos, o rapaz foi ouvido, ele nega, mas a comissão já está formada”.

Diante dessa situação, Maria deixou Parintins e solicitou da Ufam mobilidade acadêmica para estudar em Manaus. “É temporário, corro o risco de ter que voltar, vou lutar para que isso não aconteça”. Conforme a reportagem apurou com o coordenador interino do curso de Comunicação do ICSEZ, Carlos Monteiro, enquanto a investigação está em andamento, as demais estudantes continuam tendo que frequentar as aulas juntamente com o homem denunciado.

Números crescem

Maria e as três colegas não foram as únicas. Os registros de denúncias na Ufam de assédio moral saltaram de sete (2014) para 36 (2018) nos últimos cinco anos. No mesmo período, as denúncias de assédio sexual cresceram de dois para dez casos, conforme informações apuradas com a Ouvidoria da Ufam. O setor, que tem hoje como ouvidor Carlos Moisés Medeiros, explicou que, na apuração dessas demandas, constatou-se que a maioria delas não se enquadrava como assédio moral e sexual. “Portanto, deve-se ter em mente que antes de taxar o ato, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, temos que ouvir o denunciado e coletar todos os elementos probatórios”, afirma a Ouvidoria.

Atualmente, conforme dados da assessoria de comunicação da Ufam, onze processos disciplinares de assédio (seis morais e cinco sexuais) constam instaurados na Comissão Permanente de Processos Administrativos e Disciplinares (CPPAD) da Ufam. Todos iniciados em 2017.

Dos assédios morais, dois foram conclu-

Denúncias de assédio na UFAM		
Ano	Moral	Sexual
2014	7	2
2015	23	2
2016	23	4
2017	39	2
2018	36	10

Fonte: Ouvidoria da Ufam

ídos. Um deles, que envolve um professor, foi anulado por falha no rito processual e será instaurado novamente com outra comissão. O outro, que também envolve um docente, não comprovou a culpabilidade e foi arquivado. Nos casos dos assédios sexuais, dois foram concluídos: um que envolvia um docente foi arquivado e outro resultou com a exclusão do aluno.

Sobre a denúncia contra um professor substituto feita por um grupo de estudantes da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Ufam, em setembro de 2018, a conclusão do processo foi de que o acusado, de fato, praticou ato de assédio sexual. Segundo a presidente da Comissão de Sindicância, professora Guilhermina Terra, o posicionamento se baseou na Constituição Federal e o resultado foi encaminhado à direção da FIC no dia 17 de dezembro de 2018.

Durante o processo, o curso deliberou em não mais renovar o contrato do professor. Entretanto, Guilhermina Terra afirma que a Comissão compreende que o fato de afastar o professor não bastaria, uma vez que ele poderia manter a mesma postura em outras instituições. “Mas, por não caber mais à nossa Comissão as providências seguintes, encaminhamos a Comissão Permanente de Assédio da Ufam para que a mesma continuasse com as providências, bem como solicitamos sermos informados do restante do procedimento”, contou a docente, acrescentando que, até o momento, não foi informada sobre o encaminhamento dado.

Como denunciar?

A ouvidoria da Ufam é o setor responsável por registrar, encaminhar e acompanhar os processos. A formalização da denúncia é feita on-line pelo e-Ouv que pode ser localizado em www.portalouvidoria.ufam.edu.br ou sistema.ouvidorias.gov.br. O sistema é conectado à Ouvidoria e à Controladoria Geral da União.

“Quando a ouvidoria recebe uma denúncia de assédio moral ou assédio sexual faz-se uma análise preliminar e, em seguida, a encaminha, nos termos do art. 124 do regimento geral da Ufam, para a autoridade competente resolver o problema apresentado, em obediência ao



Muitas vezes as instituições não dão apoio para que a pessoa consiga sair da situação, porque funcionam na base do machismo, da superioridade masculina, do heterossexismo, valores que apoiam a opressão”

- Iolete Ribeiro

art. 143 da Lei 8.112/90. Acompanhamos a resolução do mesmo e damos ciência ao denunciante”, explicou a Ouvidoria da universidade à reportagem.

Em relação às denúncias de assédio sexual, a Ufam informa que a orientação é a formalização da denúncia via Ouvidoria, dirigida à Comissão Executiva do Acordo de Cooperação Técnica para a Criação de Mecanismos de Atenção, Prevenção e Combate ao Assédio Moral (Cecam). “Embora não promova ainda sua apuração por tratar-se de crime irá orientar a vítima como conduzir o processo”, informou a assessoria de comunicação.

É crime!

O assédio sexual foi definido pela lei 13.718 como crime de importunação sexual (prática de ato libidinoso contra alguém sem consentimento, para satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro), sancionada em setembro de 2018, e prevê pena de 1 a 5 anos de prisão. Anteriormente, a ação era enquadrada na lei de contravenções penais, que previa a importunação ofensiva ao pudor e tinha como punição a assinatura de um TCO com o resumo dos fatos e pagamento de multa.

Em relação ao assédio moral, a Câmara aprovou, no último dia 12, proposta que torna crime o assédio moral no ambiente de trabalho. Segundo o texto, o crime será caracterizado quando alguém ofender reiteradamente a dignidade de outro, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental no exercício de emprego, cargo ou função. A pena estipulada será de detenção de 1 a 2 anos e multa, aumentada de um terço se a vítima for menor de 18 anos. O projeto, que tramitava na Câmara há 18 anos, será enviado para votação no Senado e, se aprovado, seguirá para sanção presidencial, última etapa antes de virar lei.

Sindicato reforça ação contra assédio na Ufam

A ADUA-SSind. lançou, em outubro de 2018, a campanha “Não é Não – ADUA contra toda forma de assédio”. Destinada a toda comunidade acadêmica, a ação busca, por meio de reportagens, artigos, palestras, cartazes, camisetas e *bottons* com abordagem direta e crítica, desnaturalizar a prática do assédio na Ufam.

“Trazer a questão do assédio na universidade como uma pauta central da ADUA implica em considerarmos que a exploração do trabalho e as opressões de gênero, étnico-raciais e de classe caminhem juntas. Não podemos mais aceitar relações de trabalho mediadas pela ameaça, pelo medo ou insegurança por sermos mulheres, negros e negras, indígenas, homossexuais ou transsexuais. A campanha busca ampliar o debate sobre esses temas, contribuir para desnaturalizar os comportamentos violentos no cotidiano da universidade e para a construção de práticas mediadas pela igualdade e respeito”, afirmou a pesquisadora do Desenvolvimento e Violência Contra as Mulheres na Amazônia Brasileira e 2ª vice-presidente da ADUA-SSind., professora Milena Barroso.

A atividade visa incentivar também a formalização de denúncias por meio do 180 para a Segurança Pública e o Ministério Público do Estado. Destinada ao combate desta violência na universidade, a ação é uma das bandeiras encampadas pela atual diretoria (2018-2020) da ADUA e tem caráter contínuo. Durante o lançamento da campanha, foi realizado, por exemplo, a palestra “Assédio na Universidade: O que significa e como pode ser enfrentado”, ministrada pela 1ª secretária do ANDES-SN, Caroline Lima, que também colaborou com [um artigo para o site do sindicato](#).

A campanha está sendo realizada em Manaus e [nos cinco campi fora da sede](#) (Coari, Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant e Humaitá), onde foram distribuídos kits compostos, por exemplo, por cartazes contendo frases como “Formação acadêmica não é passe livre para assédio”.

>>> ARTIGO

Toda sociedade avança quando a luta das mulheres avança!

O que é o “dia da mulher”? Ele é necessário? Não seria uma concessão às mulheres da classe burguesa, às feministas, às sufragistas? Isso não prejudica a unidade do movimento trabalhador? (Aleksandra Kollontai)

Gelli Viviane Dias Rocha*

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



No dia 8 de março, mulheres de todo o mundo saíram às ruas para defender bandeiras como combate à desigualdade e à violência de gênero

É tomando por orientação estes questionamentos feitos por Kollontai, no início do século XX, que sublinhamos a necessária e recorrente reafirmação das lutas das mulheres no dia 8 de março. Não porque esta luta seja uma necessidade particular, em que as vontades e desejos individuais pequeno-burgueses queiram reconstruir “um” “Estado de bem-social” personalístico dirigido às demandas de uma única categoria constitutiva da classe trabalhadora. Ou ainda, porque tais demandas partam de uma

necessidade essencialista biológica.

Ao contrário do que se possa imaginar, a construção das lutas das mulheres, reafirmadas no dia 8 de março tem, desde o século XIX, se constituído como um dia de reivindicação política e trabalhista marcado por greves e passeatas.

Da proposição do 8M em 1910, por Clara Zetkin, no II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, até os dias de hoje, esta data simboliza a luta pela igualdade social entre homens e mulheres. São denunciadas as desigualdades como fruto de construções históricas e estruturais que se subservi-

ram da pseudociência para naturalizar e engessar campos de atuação, baseando-se na diferença biológica a propósito das construções das desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Da crítica ao funcionalismo estrutural (que responsabilizava as mulheres por “afetarem” as lutas gerais), ao salário dos homens e à construção do movimento feminista na década de 1960, fora fundamental a participação das mulheres nos sindicatos e partidos políticos, pois desta participação emergiu a construção de uma nova consciência do papel das mulheres como cidadãs e trabalhadoras.



Foram registrados mais de 200 feminicídios no Brasil de janeiro a fevereiro de 2019, segundo pesquisa da USP

A ascensão do fordismo nos Estados Unidos, que absorvia a força de trabalho feminino na indústria têxtil (principalmente nos setores de confecções e vestuários) impôs às mulheres exaustiva jornada de trabalho. Expostas a condições degradantes, aprisionadas nos estabelecimentos em que trabalhavam no horário de expediente e com baixíssimos salários, as mulheres operárias organizaram uma das maiores greves no mundo. Após 13 semanas de duração, com cerca de 15 mil trabalhadoras/ es “parados” e mais de 500 fábricas fechadas, parte das reivindicações das lutas das mulheres foi atendida. Porém, noutro episódio, em 25 de março de 1911, mais de 600 pessoas (em sua maioria mulheres entre 13 e 23 anos) tiveram suas vidas postas em risco e/ou ceifadas ao terem seu local de trabalho propositalmente incendiado.

Da comoção à reparação, desde 8 de março de 1917 as mulheres têm, mundialmente, denunciado sua condição de exploradas e oprimidas. Entretanto, as mulheres do cone sul, caribenhas e negras têm também denunciado a capacidade extraordinária do capitalismo de às expropriarem.

Tal expropriação se dá pelo valor do salário pago; da ausência de condições de trabalho; pela ocupação de postos precarizados e informais; pela dupla, tripla ou mesmo jornada contínua de

trabalho (na medida em que se dedicam 25 horas semanais aos trabalhos domésticos não remunerados).

No Brasil, somam-se a este cenário a reforma trabalhista implementada pelo governo ilegítimo de Temer e a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos



Este cenário se agrava com a eleição de um governo de extrema-direita e ultraliberalista, cuja primeira medida fora destituir a Secretaria de Políticas para Mulheres, em detrimento da implementação do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos que, na verdade, se configura grande golpe a estas categorias.”

com a saúde, assistência e educação, além de estabelecer um teto mínimo para estas políticas em detrimento do pagamento da dívida externa.

Não obstante, este cenário se agrava com a eleição de um governo de extrema-direita e ultraliberalista, cuja primeira medida fora destituir a Secretaria de Políticas para Mulheres com status de Ministério em detrimento da implementação do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos que, na verdade, se configura grande golpe a estas categorias. Isto porque, por meio do

estatuto da família, elege-se o modelo nuclear burguês enquanto norma, criminalizando e/ou marginalizando outras formas de arranjos familiares. Este modelo institui e instaura uma única forma de manifestação do Ser mulher inscrita num determinismo biológico, cuja premissa ratifica a inferioridade da mulher e a superioridade do homem, engessando e encerrando as identidades masculinas e femininas de modo bipolar a partir dos sexos biológicos, o que contraria todo avanço social, político e econômico sobre as relações sociais de gênero e sua consubstância com a raça e a classe. Também rompe, vale lembrar, com os acordos internacionais ao que pese os direitos da população LGBT.

Nesta quadra, não há o que se comemorar, mas no que se engajar! Da premissa de Lênin, “de que o movimento das mulheres deve ser um movimento de massa e internacional”, as considerações de Kollontai, que relacionam o modo de produção e reprodução social à sexualidade, donde nossa liberdade sexual esteja condicionada a nossa liberdade enquanto gênero humano, precisamos compreender que o 8M; “dia da mulher”, seja “um elo da longa e sólida corrente do movimento de mulheres trabalhadoras”.

Com esta compreensão, saúdo a todas e todos da base da ADUA que, neste ano de 2019, poderão, junto ao ANDES-SN, também comemorar o 8M. Sindicato classista, cuja compreensão de classe se fundamenta no processo real e concreto, em que mulheres e homens são gestados como seres históricos e, por isso, entendem que não há justiça social sem relações iguais entre mulheres e homens e, portanto, paritário em sua composição.

Pela revogação da PEC 95!

Contrários/as contrarreforma da previdência!

Pela luta feminista e classista: anticapitalista, antimachista, antirracista e antiLGBTfóbica!

**Quelli é 1ª vice-presidente do ANDES-SN e professora da ADUFMAT.*

>>> ARTIGO

08 de março e a importância de ouvir as mulheres

Thayz Athayde*

O corpo das mulheres é atravessado de histórias. Parece que, ainda que algumas questões tenham sido discutidas e para algumas pessoas até superadas, o corpo das mulheres carrega um grito de luta em que precisamos dizer quase diariamente: eu sou o que quiser ser e não o que vocês gostariam que fosse. Em muitos momentos precisamos afirmar, reafirmar, provar, gritar, lutar e dizer várias vezes a mesma coisa: quero falar quem eu sou a partir do que eu entendo por ser mulher, do que coletivamente, nós mulheres, entendemos o que é ser mulher. Queremos falar a partir da nossa verdade e de nossas vontades, não de um ponto de vista de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e ricos, que foram quem sempre falaram quem são as mulheres, inclusive apontado que somos um “mistério” a ser desvendado.

Ser mulher e ser escutada é uma tarefa difícil e o movimento feminista conta a história do quanto há uma recusa em ouvir as mulheres em vários aspectos. Nesse sentido, pode-se pensar na mitologia grega e a história de Cassandra. A mitologia conta que ela foi uma grande profetisa que conseguia prever muitos acontecimentos. Contudo, ao recusar o apelo amoroso de Apolo, ele lhe lançou uma maldição para que ninguém acreditasse em suas visões e profecias. Com isso, a sua cidade foi destruída, pois ao falar do que iria acontecer, ninguém acreditou em Cassandra.

A história de Cassandra pode parecer apenas mais um conto

da mitologia grega, mas para as mulheres é uma história contada desde sempre: ao mesmo tempo que há uma grande recusa em nos ouvir, também se produz argumentos para não acreditar nas mulheres. No campo psi (psicologia e psiquiatria), por exemplo, se vê a construção do “mistério feminino”, algo que não se sabe explicar e, por isso, merece atenção e pesquisa. Os estudos feitos através do campo psi se apoiam em uma ideia de neutralidade científica, mas a noção pela qual descreveram e estudaram as mulheres foi a partir de um ponto de vista masculino,



08 de março é dia de luta porque nos reunimos para falar exatamente o que tentamos gritar todos os dias: falar nosso ponto de vista sobre nossos corpos, nossa subjetividade, as violências que nos atravessam e nossa resistência. É quando podemos falar e ser ouvidas como mulheres em toda sua diversidade e diferença.

branco, cisgênero, heterossexual e de classe média alta. E para as mulheres que ousavam discordar do que era dito sobre seus corpos e suas subjetividades era dado o título de louca, de histérica.

A “maldição” de Cassandra foi se modificando com o tempo: as mulheres não serão ouvidas porque são mentirosas e traiçoeiras, porque são loucas e histéricas, porque querem tudo, querem demais, porque são exageradas quando se

trata de lutar por direitos. Dentro dessa lógica, é preciso destacar que não somos desacreditadas apenas individualmente como mulheres, mas também quando ecoamos juntas nossa própria verdade, nossas análises políticas, as violências contra nossos corpos. A “maldição” de Cassandra de não ser escutada aparece também quando estamos juntas. As mulheres seguem ecoando suas verdades através do movimento feminista, mas não são ouvidas pelas mesmas justificativas: loucas, exageradas, mentirosas, etc.

08 de março é dia de luta porque nos reunimos para falar exatamente o que tentamos gritar todos os dias: falar nosso ponto de vista sobre nossos corpos, nossa subjetividade, as violências que nos atravessam e nossa resistência. É quando podemos falar e ser ouvidas como mulheres em toda sua diversidade. Porque é a partir da diferença em todas as formas de ser mulher que também podemos nos ouvir e construir nossa identidade coletivamente.

08 de março é um dia de luta porque é quando as mulheres se reúnem e gritam uníssonas: nós continuaremos gritando ainda que nos chamem de loucas, continuaremos apontando os comportamentos machistas, racistas, LGBTQfóbicos ainda que nos chamem de exageradas. Continuaremos construindo nosso saber por entendermos que temos algo a dizer.

**Thayz Athayde é psicóloga e psicanalista, doutoranda, professora e colaboradora da Universidade Livre Feminista.*

>>> RÁPIDAS

Reunião setorial discute Previdência e MP 873

A mobilização da categoria para o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência no dia 22 de março foi um dos encaminhamentos da Assembleia Geral da ADUA, realizada no dia 21, no auditório do sindicato. Além do combate a Contrarreforma da Previdência, os e as docentes também aprovaram a [organização de reuniões setoriais](#) para debater a Medida Provisória (MP) 873/19, que ataca diretamente os sindicatos. A primeira foi agendada para esta quarta-feira (27).

“O governo está batendo continência para as exigências do capital”

Entender a atual conjuntura por meio da História do Brasil para combater os ataques sofridos pelo Capital. Essa foi a proposta da secretária-geral do ANDES-SN, Eblin Farage, durante a mesa redonda “Conjuntura Nacional e o Ataque à Educação Pública”. A apresentação durante a [Etapa Preparatória do Amazonas para o III Encontro Nacional de Educação \(ENE\)](#), no dia 22, no Instituto de Educação do Amazonas (IEA).

PL de criação de universidades no AM é retirado de tramitação

O governo federal decidiu [retirar de tramitação](#) o Projeto de Leitura 279/19, que aguardava análise na Câmara dos Deputados, e trata da criação de universidades a partir do desmembramento da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A ADUA-SSind havia denunciado que, além da medida de Temer ter sido executada sem diálogo com a comunidade acadêmica, iria intensificar a precarização das unidades afetadas.

ADUA ajuíza ação para barrar MP que tenta enfraquecer sindicatos

A assessoria jurídica da ADUA-SSind. [protocolou, no último dia 13](#), um pedido de tutela de urgência na Justiça Federal contra a Medida Provisória (MP) 873/19 de Jair Bolsonaro (PSL). O objetivo da ação é manter a contribuição voluntária dos sindicalizados e sindicalizadas via desconto da mensalidade sindical em folha de pagamento. O processo 1001603-65.2019.4.01.3200 foi distribuído e encontra-se pronto para despacho na 1ª Vara Federal.

>>> AGENDA

Seminário do ANDES-SN

O Seminário Internacional “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises” do ANDES-SN ocorrerá nos dias 10 e 11 de abril, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), no Distrito Federal. As inscrições para participar do seminário devem ser realizadas até 1º de abril por meio do email secretaria@andes.org.br. O Seminário, que será composto por seis mesas, discutirá temas como “A Luta das Mulheres Trabalhadoras pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito”. [Leia mais](#)

Reunião do GTPCEGDS

O Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN realiza reunião nos dias 29 e 30 de março, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF). Na pauta do encontro estão previstos os seguintes temas: a Lei 12.990/14 e o combate ao racismo institucional; cartilha de combate ao racismo (Estrutura/Comissões de trabalho/temas) e deliberações do 38º Congresso do Sindicato Nacional. [Leia mais](#)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/11/2018 A 31/01/2019

QUADRO RESUMO MENSAL	Novembro	Dezembro	Janeiro
Receitas	R\$ 90.585,40	R\$ 91.444,00	R\$ 91.780,70
Despesas	R\$ 114.446,91	R\$ 68.013,41	R\$ 90.556,83
SALDO ANTERIOR	R\$ 14.438,07	R\$ 944,18	R\$ 124,37
Saldo Banco do Brasil S/A	-	-	R\$ 1.500,00
Saldo Fundo de caixa	R\$ 944,18	R\$ 124,37	R\$ 1.636,15
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 265.441,52	R\$ 239.107,57	R\$ 229.961,96
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 284.947,93	R\$ 265.441,52	R\$ 239.107,57
Aplicações no Mês	R\$ 67.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -
Rendimento de Aplicações	R\$ 203,01	R\$ 855,36	R\$ 864,09
Resgate de Aplicações	R\$ 86.709,42	R\$ 87.189,31	R\$ 10.009,70
SALDO ATUAL	R\$ 266.385,70	R\$ 239.231,94	R\$ 233.222,48

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind do ANDES-SN).

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2ª tesoureiro).

Diretora responsável:

Milena Barroso

Assessora de Comunicação:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:

Rebecca Pessoa

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br